



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Secção Classes e Desigualdades

Desenvolvimento em busca da diminuição da desigualdade? Estudo de processos globalizadores e mudanças locais no ES/ Brasil.

KNOX, Winifred

Doutora em Ciências Sociais

(PGCS/UFES)

winknox@hotmail.com

TRIGUEIRO, Aline

Doutora em sociologia

PPGCS/UFES

aline.trigueiro@uol.com.br

Resumo

O objetivo do presente trabalho é analisar os impactos promovidos pelos processos de desenvolvimento localizados na região litorânea do estado do Espírito Santo (ES), na região sudeste do Brasil. Com foco de investigação nas populações pesqueiras artesanais, espera-se mostrar uma análise das condições socioeconômicas das vilas pesqueiras, assim como perceber processos de mudança social com a alteração de valores e comportamentos, estilos de vida nos diferentes grupos sociais, tanto quanto, a alteração das paisagens e ecossistemas de várias regiões do estado.

Abstract

The objective of this study is to analyze the impacts of development processes located in the coastal area of Espírito Santo (ES), in southeastern Brazil. Focusing research on artisanal fishing populations, is expected to show an analysis of the socioeconomic conditions of fishing villages, as well as realize processes of social change with the amendment of values and behaviors, lifestyles in different social groups, landscapes and ecosystems in various regions of the state.

Palavras-chave: desenvolvimento – pesca artesanal – impactos socio ambientais

Keywords: development – fishing artisan - social and environmental impacts

[PAP0421]

Introdução

A faixa litorânea do estado do Espírito Santo tem sido nas últimas décadas foco de investimentos de grande porte executados por grandes empresas nacionais e multinacionais, dentre elas encontram-se: a Petrobras, a Aracruz Celulose (atual Fibria), a Vale do Rio Doce, a Arcelor Mittal, etc. Há também os investimentos de médio e pequeno porte, decorrentes ou não, dos investimentos de grande porte (Iglesias, 2010).

O processo de instalação destas grandes empresas provoca inúmeras transformações para as localidades próximas. Para a unidade da federação, o Espírito Santo, a instalação destas empresas traz benefícios tanto no quesito econômico, resultando em um incremento positivo de indicadores econômicos, tais como o PIB, porém quanto aos quesitos sociocultural e ambiental, há divergentes avaliações. Alguns indicadores socioeducacionais e de saúde, apresentam resultados não compatíveis com o crescimento econômico, o que resulta de certo modo no aprofundamento de desigualdades sociais entre as classes e a concentração de renda.

Os destacados indicadores de desenvolvimento econômico têm garantido uma ampla visibilidade capixaba no cenário nacional na medida em que o PIB do estado está entre os mais altos do país, fato este passível de ser identificado em várias matérias e artigos produzidos sobre a temática (Iglesias, 2010).

Segundo informação do Instituto Jones dos Santos Neves a produção industrial do Espírito Santo obteve um crescimento acumulado de 24,92% nos primeiros 11 meses de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, alcançando o primeiro lugar quanto ao nível de desenvolvimento entre os estados e, inclusive, em relação à média de desenvolvimento nacional, que, por sua vez, atingiu um nível de crescimento acumulado de 11,1%. Esses foram os dados divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao mês de novembro de 2010.

De acordo com a pesquisa realizada, em 2010 a indústria capixaba cresceu cerca de 25% a mais do que em 2009, alcançando uma larga vantagem sobre o segundo lugar, o estado do Amazonas, com 16,9% de crescimento acumulado. Na sequência estão os estados de Goiás (16,8%), Minas Gerais (15,8%), Paraná (15,16%) e Pernambuco (11,2%).•

Uma análise histórica sobre os aspectos da economia do estado nos últimos 40 anos (ZORZAL, 2010), induz a pensar o quão estruturante tem sido a questão do crescimento econômico em termos locais. Ela não se configura apenas em sentido objetivo – nos projetos que estão sendo encampados em todo o território; mas também em termos simbólicos. Ou seja, é possível identificar o ideal do desenvolvimento ecoando por entre as falas de distintos grupos: os agentes do planejamento, os políticos, os empresários, dentre outros grupos sociais locais; cada qual produzindo justificativas e acenando para valores e interesses próprios.~

Além dos dados disponibilizados pelas agências de pesquisa especializadas, há também regularidade na divulgação de tais informações pela mídia impressa local. Merece destaque, nesse caso, o artigo publicado no Jornal a Gazeta: De norte a sul, novos polos de negócios se formam no Estado (8/8/2010). Nele são encontradas referências detalhadas à localização dos empreendimentos de grande porte já instalados, ou em vias de instalação, no estado. A acepção polos, grafada no título do artigo, diz respeito à capacidade de descentralização desses negócios em vários ramos na mesma região e, também, à sua diversidade. Destacam-se, segundo a reportagem: o polo gás-químico (região norte do estado), o polo petrolífero (litoral sul), polo siderúrgico (região sul do estado); polo naval (em Aracruz); polo de logística (grande Vitória); polo de energia (em Viana) e polo de tecnologia (Vitória).

Enfim, as principais inserções econômicas no litoral do ES podem ser identificadas pela ocupação cada vez mais intensa da área litorânea para a exploração da indústria do turismo (como em Guarapari/ES e outras praias), pela indústria de energia de petróleo (plataformas em alto mar como no litoral norte do ES com base

em Regência), a indústria portuária de importação/exportação (porto de Tubarão, Vitória/ES) e ainda, indústrias siderúrgicas (Companhia Siderúrgica de Ubu na Chapada do A, em Anchieta, no litoral sul do estado do ES).

O litoral do Espírito Santo possui uma linha de costa de 521 km de extensão aproximadamente com uma divisão administrativa e política que constituiu 14 (catorze) municípios costeiros. Os 14 municípios litorâneos do ES são, no sentido de norte a sul: Conceição da Barra, São Matheus, Linhares, Aracruz, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha, Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy (Conforme na figura 1).

Nesses municípios há 58 (cinquenta e oito) comunidades e distritos de pescadores (Freitas Neto, Di Benedetto, 2007). Possui 36 pontos de embarque e desembarque de pesca ao longo de 12 Zonas Pesqueiras. O setor da pesca marinha contribuiu em 2005 com 18.000 toneladas de pescados capturados em águas marinhas, possui uma frota de 2.486 barcos motorizados, com um contingente de 11.517 pescadores ativos.♦

A importância da pesca artesanal marinha é relatada em vários trabalhos, apesar das dificuldades, deficiências ou mesmo inexistência, em alguns casos, de estatísticas. Sabe-se que a pesca de pequena escala representa 90% da frota pesqueira total em todo o país. Calcula-se que em vários pontos deste extenso litoral, ainda grande parte da população residente viva direta ou indiretamente ligada à pesca artesanal.

Entre Conceição da Barra e São Matheus existem, segundo os últimos estudos disponíveis do setor, 11 comunidades pesqueiras, duas Colônias de Pescadores (Z1 e Z12) e um contingente de 2.008 pescadores ativos, abrigando uma frota pesqueira de 390 barcos motorizados. Entre os municípios de Linhares e Aracruz, há um total de 08 (oito) comunidades e/ou distritos, duas colônias de Pescadores (Z6 e Z7) com uma frota de 215 barcos de pesca motorizados, e um contingente de 950 pescadores ativos.

Na grande região metropolitana entre os municípios de Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha e Guarapari constam 17 comunidades e/ou distritos com atividades na cadeia produtiva da pesca. A atividade pesqueira nessa região é composta por 1.054 barcos de pesca, o que representa algo em torno de 42,40% da frota capixaba e por um contingente de 2.662 pescadores ativos, o que representa algo em torno de 23,11% dos pescadores capixabas. Nessa região estão as Colônias de Pescadores Z-2, Z-3, Z-5 e Z-11, concentrando assim o maior número dessa representação. A região possui uma indústria processadora de exportação de pescado, um terminal de pesca público, uma cooperativa de pesca e uma associação atuante no setor, além de contar com a Sede do IBAMA-ES, Capitania dos Portos, SEAP/PR, INSS, entre outras instituições ligadas ao setor.

Os municípios de Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy concentram uma frota de 827 barcos de pesca motorizados e tem um contingente de aproximadamente 5.897 pescadores, distribuídos em 22 comunidades ou distritos. Também concentra quatro colônias de pescadores e aquiculturas, além de associações fortes e atuantes e uma escola de pesca, voltada para os filhos de pescadores em regime de semi-internato, para o ensino fundamental. Além de concentrar a maior frota lagosteira do Estado.

Percebem-se nestas áreas litorâneas vários problemas relativos diretamente à atividade pesqueira, como a ausência de atracadores, por isso o desembarque do pescado é perigoso em várias regiões. Além de problemas que são externos a atividade pesqueira, mas que afetam diretamente aqueles que desempenham a atividade e suas famílias.

Em relação aos problemas diretamente relacionados à atividade pesqueira, o Plano Estratégico em relação à Agricultura Capixaba no Setor da Pesca Marinha enumerava várias dificuldades. A primeira delas se dá por divergências frente às normas reguladoras dos métodos de pesca visando ao ordenamento dos recursos entre os pescadores e a fiscalização exercida pelos órgãos responsáveis, além dos relatos de momentos de tensão entre as instituições que regulam as relações trabalhistas referentes aos pescadores tripulantes e armadores pescadores.

Como resultado da falta de infraestrutura e logística voltada para o setor de pesca, verifica-se o fenômeno da migração, do abandono e da fragmentação de famílias de pescadores na busca de outras atividades não pesqueiras.

O interessante é que este Plano datado de 2005 relata problemas relativos às mulheres pesqueiras, como a ausência de estudos e projetos no âmbito da cadeia produtiva do pescado que contemplassem, de forma significativa, as relações de gênero, etnia e geração; falta de reconhecimento profissional das atividades pesqueiras exercidas pelas mulheres perante as instituições previdenciárias. Hoje em dia, as mulheres pescadoras que atuam na pré-pesca e no pós-pesca já podem ser registradas na colônia e através do registro reivindicar direitos sociais, como aposentadoria.

Além dos empreendimentos para o setor não contemplarem os anseios culturais das comunidades pesqueiras, como cursos profissionalizantes para aprimoramento dos meios de captura e manejo do pescado, os pescadores reclamam do alto custo dos insumos (óleo combustível, óleo lubrificante, isca, gelo, apetrechos de pesca), destinados à captura do pescado, além da dependência do fornecimento desses insumos pelos intermediários e do tratamento diferenciado, pelo órgão ambiental estadual quanto às concessões de licença ambiental para a instalação de atividade fornecedora do óleo subvencionado, dificultando o benefício para o setor pesqueiro.

Pode-se dizer que a maioria destes problemas acima transcritos ainda continua ocorrendo. No entanto, o recém criado Ministério da Pesca e Aquicultura (2008), deverá alterar esta situação, entendendo que por vocação o atendimento das demandas da pesca artesanal, são prioridades para alterar uma espécie de abandono historicamente registrado e já relatado em muitos trabalhos por muitos autores (Silva, 1998, Cordel, 1989,2001, Diegues, 2001), e deverá se esforçar por não adotar uma política restrita à pesca industrial.

No site do MPA há o registro da importância social e econômica da pesca:

“São eles os responsáveis por 60% da pesca nacional, resultando em uma produção de mais 500 mil toneladas por ano... São milhares de brasileiros, mais de 600 mil, que sustentam suas famílias e geram renda para o país, trabalhando na captura dos peixes e frutos do mar, no beneficiamento e na comercialização do pescado.”•.

Porém isso não torna evidente a realização de planejamento e execução de políticas de incentivo para este setor da atividade pesqueira. Somente nos últimos anos, com tímidas ações de apoio às associações comunitárias de vilas pesqueiras, tem havido um movimento contrário, no sentido de reverter um histórico de incentivo direcionado para a pesca industrial.

Além destes problemas acima listados há ainda aqueles resultantes da intensa ocupação da faixa costeira, pelo turismo, pela industrialização, pela instalação de portos, e todos os outros que vêm a reboque destes. Já em 2005 o Plano dizia:

“Percebe-se que essa região vem sofrendo com as ocupações, ao longo de sua costa, com atividades comerciais e imobiliárias diminuindo significativamente as áreas com aptidão para investimento em infraestrutura e logística para o setor pesqueiro”.

Todos estes problemas ameaçam a estadia dos antigos residentes praieiros, impedem muitas vezes a continuidade da atividade pesqueira, impedem a permanência na antiga moradia, com o fomento da especulação imobiliária, do aumento do custo de vida, assim como da introdução de outros modos de vida. Promovem, portanto, transformações socioculturais locais e, em vários casos, conflitos socioambientais, semelhante ao que nos relatam estudos ao longo da faixa costeira em outros estados do litoral brasileiro (Fuks, 2001, Knox, 2009, Moraes, 2004, Mota, 2004, Kant Lima, 1997).

Produção de riqueza e produção de pobreza: A desigualdade e a concentração de renda

Verificamos que a situação da pesca artesanal é de relativo abandono, ausência de planos de ação dos governos e, muito menos, políticas públicas consolidadas no ES, situação que podemos facilmente generalizar para vários outros estados brasileiros (Knox, 2009).

Levantamos a hipótese de que isto é causado pela existência de dois fenômenos: primeiro, uma concepção equivocada de desenvolvimento, onde as atividades de base familiar não são percebidas como produzindo riquezas, resultando no baixo planejamento em captação de recursos para o setor, em pouco ou nenhum investimento público; e em segundo, pela concepção de que somente aquelas atividades voltadas para a indústria são consideradas como produtoras de riqueza, a partir de mensurações exclusivamente econômicas, como os instrumentos de medição do produto interno bruto, e com o pressuposto no modelo básico de quanto mais compra/venda mais riqueza.

Acreditamos que esta visão é equivocada e reproduz o fetiche economicista, aquele que acredita que o aumento de índices econômicos, representa aumento de riqueza para toda a população.

Sabe-se que o modelo econômico capitalista, cujo meio de produção é o industrial é altamente concentrador, desde os primórdios da industrialização, e ao longo desses três séculos essa tendência tem sido reproduzida nos países europeus. O que significa dizer que o modelo provoca mais produção e consumo, portanto, algumas melhorias, mas que a forma de distribuição desta riqueza não é equânime a todos os que a produziram.

Nos países do hemisfério sul do planeta esta tendência à concentração de renda em uma pequena parte da população em detrimento de mais de 50 % de toda a população, se mostra ainda hoje muito acentuada.

Na realidade sul Americana, a implantação do modelo de desenvolvimento dos EUA e da Europa, resultou no que de fato se configura como subdesenvolvimento, ou seja, altas taxas de concentração de riqueza.

Neste início de novo milênio ainda nos deparamos com novos velhos problemas resultantes deste modo de produção industrial que são os impactos ambientais, gerados por este modelo de produção e consumo cujos malefícios do mesmo são repassados para os países ao sul do planeta. O que faz alguns trabalhos conceituarem a ideia de desigualdade ambiental e injustiça ambiental (Acseirald, 2004).

Ou seja, o modelo de concentração de capital e renda é também cruel em relação ao meio ambiente, já que na fúria da produção crescente, não percebe a finitude dos recursos naturais. E ainda repassa os rejeitos dessa produtividade e consumo para a população mais pobre nos países mais pobres do planeta.

No entanto tanto “a ideologia do atraso” como o teleologismo da evolução societária advinda com o modelo do progresso industrial, apesar dos contundentes malefícios, produz uma eficácia simbólica no imaginário das sociedades sem o modelo de “desenvolvimento” em plenitude. O que pode ser percebido nas campanhas de internalização desta externalidade, e na vontade embutida de fora para dentro para adquirir esse modelo, e a sensação de que é inevitável que se faça o mesmo caminho pelas mesmas pedras.

Como se este modelo se nos apresentasse com uma inevitabilidade a qual nenhuma sociedade pode tentar fugir ou buscar modelos alternativos.

Talvez seja por isso que entre os famosos clássicos do pensamento social brasileiro, tenhamos com recorrência a análise da ausência, da *falta* que existe no nosso modelo brasileiro, da negação ou mesmo da negatividade do que temos (Freire, 1957, DaMata, 1978, Souza, 2003)

A discussão envolveria diversas outras análises, no entanto vamos nos restringir à análise da situação no estado do ES. O que trazemos abaixo é uma tabela acerca do nível de renda per capita entre o 1º quinto mais pobre da população por município litorâneo do ES e a média per capita entre o décimo mais rico da população em 1991 e 2000. O que vemos é um abismo entre os dois polos que se intensifica a medida que este se afasta da região metropolitana.

Tabela 1: Nível de renda por extrato da população nos municípios litorâneos do ES

Municípios	Nível de renda por extrato da população			
	1991		2000	
	per capita média do 1º quinto mais pobre	per capita média do décimo mais rico	per capita média do 1º quinto mais pobre	per capita média do décimo mais rico
Conceição da Barra	16,99	471,1	20,24	819,08
São Mateus	24,82	863,98	28,52	1189,7
Aracruz	29,13	986,51	26,57	1218,44
Linhares	23,96	784,24	36,13	1325,57
Serra	86,97	675,64	108,35	946,22
Vitória	50,86	1946,99	58,34	3004,69
Vila Velha	51,91	1197,91	56,48	1966,66
Guarapari	30,08	798,88	36,27	1350,25
Anchieta	29,11	565,64	31,17	981,93
Piúma	29,66	711,12	39,01	1198,8
Cacheira do Itapemirim	22,44	419,82	26,06	643,19
Marataizes	25,86	749,84	28,39	1157,74
Pres. Kenedy	20,16	482,7	13,62	829,19

Tabela 1: Nível de renda por extrato da população nos municípios litorâneos do ES

Também podemos utilizar os indicadores de pobreza, na tabela 3, para refletirmos sobre a forma de concentração de renda do modelo de desenvolvimento adotado no estado. Os índices indicam que a percentagem de crianças pobres entre 1991 e 2000 em todos os municípios estudados está diminuindo, ou seja, há menos crianças consideradas pobres em 2000 que em 1991. No índice de intensidade da pobreza alguns municípios tiveram seus números aumentados entre 1991 e 2000, entre eles Aracruz, Serra, Vitória, Guarapari, Anchieta e Presidente Kenedy. Nessas regiões foram instalados grandes investimentos industriais, mas seria necessário correlacionar estes números com o movimento migratório que estes investimentos provocaram, o que pode explicar o fato de a intensidade da pobreza ter aumentado. Mas de concreto podemos dizer que a pobreza aumentou. No item intensidade da indigência todos os municípios, exceto Conceição da Barra, tiveram os números aumentados, e em alguns casos um aumento de quase 100 %.

O que significa dizer que a introdução do modelo de desenvolvimento produziu uma massa maior de indigência. Seja pelo movimento migratório realizado em busca das melhorias do progresso, seja pela falta de envolvimento das políticas públicas na área socioeducacional com a própria população local para e (n)esses projetos.

Assim, pela externalidade dos projetos de desenvolvimento a população local não pode usufruir minimamente das benfeitorias. E ainda, devemos levar em conta as crises conjunturais que o capitalismo tem produzido, gerando um exército de reserva, resultando em uma exploração da mão de obra ainda maior.

Nos índices educacionais vemos, na tabela 2, que a quantidade de anos de estudos que a população despense na escola é ainda muito baixo, equivalentes às regiões no Brasil onde não foi introduzido o modelo industrial, assim tendo índices equivalentes comparativamente com outras áreas como os encontrados na região NE e NO.

Na tabela 4 e no Gráfico 1 abaixo temos a composição estatística da família brasileira em 2008, quanto a média de membros por família e nas distintas regiões fazendo um cruzamento com rendimentos mensais em reais. Queremos mostrar que o modelo de desenvolvimento empregado há algumas décadas no Brasil, desde o pós-guerra, confirma a análise feita acima para o estado do ES, a de que é um modelo concentrador de riqueza, onde cerca de três quartos da população recebe até dois mil quatrocentos e noventa reais, que é

menos de um terço do que menos de 5% da população total recebe. Sendo que o grupo da população que ganha mais que o dobro deste grupo é apenas um quarto do total da população, conforme é possível observar nas tabelas abaixo.

Tabela 4: Número de famílias brasileiras e regiões com rendimentos mensais.

Número de famílias e Tamanho médio da família - 2008						
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<u>Número de famílias</u>						
Total	57.816.604	3.949.838	15.099.443	25.491.789	8.898.449	4.377.084
Até 830 Reais	12.503.385	1.133.461	5.953.346	3.312.521	1.205.776	898.281
Mais de 830 a 1.245 Reais	10.069.184	799.491	3.318.908	3.892.759	1.260.443	797.585
Mais de 1.245 a 2.490 Reais	16.972.311	1.171.271	3.507.054	7.955.371	2.986.650	1.351.966
Mais de 2.490 a 4.150 Reais	8.890.463	444.381	1.162.445	4.951.651	1.718.616	613.370
Mais de 4.150 a 6.225 Reais	4.181.485	195.429	499.652	2.341.445	851.948	293.011
Mais de 6.225 a 10.375 Reais	2.994.837	123.024	365.256	1.703.760	551.300	251.496
Mais de 10.375 Reais	2.204.938	82.781	292.783	1.334.283	323.717	171.375
Nota: 1 - O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa: Unidade de Consumo. 2 - A categoria Até 830 inclui as famílias sem rendimento.						

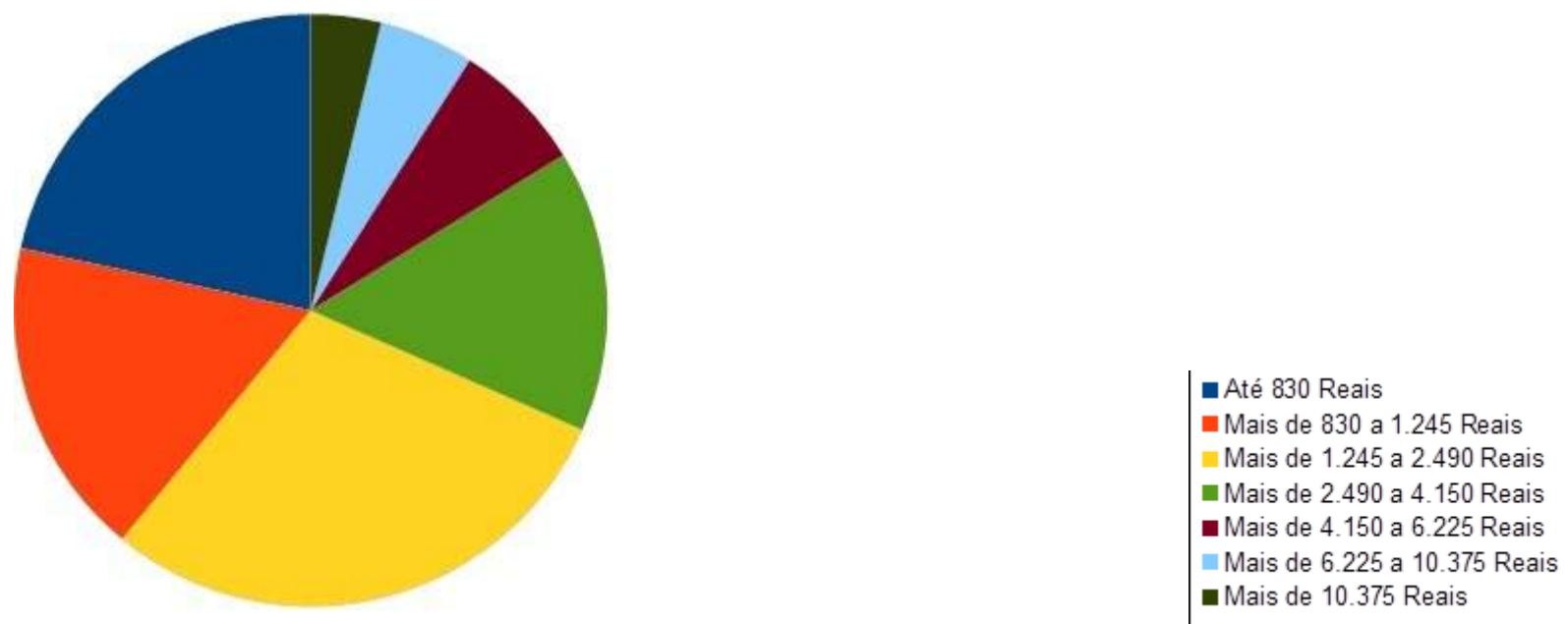


Gráfico 1 do número de famílias brasileiras e seu rendimento mensal

Referências Bibliográficas

Acseirad, H. (2004) (Org.) Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: RelumeDumará, p.19-63.

Cordell, J. (1989) (Org.). A sea of small boats. Cambridge: Cultural Survival.

_____. (1978) Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DAMATA, R. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Zahar.

Diegues, A., Arruda (2001). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: MMA; São Paulo: USP.

Freire, G. (1987) Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25a ed. - Rio de Janeiro: J. Olympio.

Fuks, M. (2001) Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: edUFRJ .

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos de 1990, 2000 e 2010. Sítio www.ibge.gov.br Acessado em Janeiro, fevereiro de 2012.

Kant, R. De L. (1997) Pescadores de Itaipú: meio ambiente, conflito, ritual e pesca. Niterói: Ed. UFF,.

Knox, W. (2009) Vivendo do mar: modos de vida e de pesca. Natal: edufrn.

Moraes, M.S.M. (2004) O loteamento do mar: Conflito e resistência. In: Acseirad, H. (Org.) Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: RelumeDumará.

Mota, F.R. (2003) Nem muito mar nem muita terra: Nem tanto negro, nem tanto branco; uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de Quilombos na Ilha da Marambaia /RJ. [150f.?]Dissertação (Mestrado em antropologia e ciência política)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia e ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Silva, L.G. (Coord.) (1998) Os pescadores na história do Brasil: colônia e império. Recife: Vozes.